

Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM

Gabinete da Prefeita

Praça Amaral Peixoto nº 46 - Centro - Silva Jardim - RJ - CEP. 28.820-000

CNPJ 28.741.098/0001-57

Home Page: www.silvajardim.rj.gov.br

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que há em andamento neste Município processo administrativo nº 5938/2023, visando a promoção do equilíbrio financeiro do Regime Próprio da Previdência Social, contendo estudos atuariais com avaliação que organiza e revisa o plano de custeio e benefícios.

Ressalta-se que está em análise das propostas apresentadas para adoção do novo Plano de Amortização, dentro de quatro cenários prospectivos passíveis de adoção, que será instituído por Lei, atendendo toda a legislação específica, em especial a Portaria 464/2018 do Ministério da Fazenda e IN nº 07/2018 da Secretaria de Previdência vinculada ao referido Ministério.

O referido processo tem como objetivo primordial atender todos os critérios expostos na Lei Federal nº 9.717 de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

Além disso o Poder Executivo inseriu no ordenamento jurídico municipal, por meio da Lei Complementar nº 179, de 07 de dezembro de 2023, conforme processo administrativo nº 12023/22, a previsão do abono de permanência para os servidores municipais, que contribuirá para minimizar os efeitos negativos sobre as finanças públicas com a redução do déficit atuarial.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Silva Jardim, 11 de abril de 2024.



Documento assinado digitalmente

MAIRA BRANCO MONTEIRO

Data: 11/04/2024 16:52:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maira Branco Monteiro
Prefeita



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM
IPSJ - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PUB. DO MUN. DE S. JARDIM
Rua Raul de Macedo nº 170 - Loja 05 - Centro - Silva Jardim - RJ - CEP. 28.820-000
Tel. (022) 2668-0625 CNPJ: 07.902.163/0001-09

Ofício nº 028/2023 - IPSJ

Silva Jardim, 25 de Maio de 2023.

Do: IPSJ/RJ
Para: SEMGAB

PREF. MUN. DE SILVA JARDIM
Protocolo nº 5938
Livro nº 25/05/2023 Fls. 1
Data 25/05/2023

Exma Srª Prefeita,

Servimo-nos deste para encaminhar a avaliação atuarial do ano de 2023 com data base 31 dezembro de 2022, e solicitar uma reunião para tratarmos do equacionamento do déficit atuarial demonstrado na avaliação. Respeitosamente, ainda sugerimos, que sejam convidados para a reunião o secretário de Fazenda e o Controle Interno, tendo em vista serem órgãos técnicos para a resolução do problema apresentado.

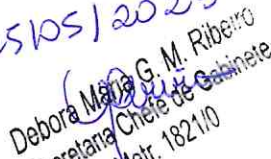
Sem mais, enviamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente.


Rosilane Brum Cler Cunha
Presidente
Mat. 1959/3

À IPSJ,
Retornamos p/ que seja juntada
a avaliação atuarial.

Em, 25/05/2023


Debora Maria G. M. Ribeiro
Secretaria-Chefe de Gabinete
Matr. 1821/0

Entregue em 29/05/2023

1671.



PROC Nº 5938/2023

ORIGEM: IPSJ

REF. Avaliação Atuarial

Relatório 554/2023

À Controladora

Silva Jardim, 28 de setembro de 2023

Sra. Controladora,

O presente procedimento foi encaminhado à CGM pela SEMGAB para análise dos estudos para equacionar o déficit atuarial do IPSJ, apresentados pelo atuário responsável pelo Relatório de Avaliação Atuarial (RAA) do IPSJ de 2023 com data focal em 2022 (em anexo).

O RAA apresentou 04 cenários de amortização do déficit, sendo 02 por aportes financeiros e 02 por aumento de alíquotas. Considerando a realidade fiscal e financeira do Município na atualidade, e por entender que a amortização por aporte se torna menos custosa ao Município, o cenário de aporte deduzido do LDA (fl. 28 do RAA) se mostra o mais oportuno.

Conforme consta no RAA o novo Plano de Amortização não leva em consideração o plano vigente implementado pela LM 1539/10. Logo, ao optarmos por um novo plano o anterior deixaria de existir.

Considerando o voto do TCE/RJ no Processo 209.516-6/21, objeto do Memorando 162/22 – CGM, a fonte de recurso “Royalties” pode ser utilizada para aporte ao RPPS visando o equacionamento do déficit, e que por ser a maior fonte de recurso da PMSJ no momento, é a sugerida por esta CGM. Em valores mensais o custo representaria em média 15% da receita dos royalties. Tal informação já foi considerada ao ser elaborado o relatório sobre uso dos “Royalties” no Memorando 130/23 – CGM.


Há de se considerar ainda que o uso desta fonte de recursos no novo plano permitiria a desvinculação da alíquota de 2,07% do plano em vigor que utiliza a fonte “Impostos e Transferências”.

Ressalta-se que a existência de déficit atuarial demanda ações do Executivo e do RPPS, visto que nas Prestações de Contas de Governo (PCG) ao TCE, um dos itens de análise é o RAA e em caso de déficit a apresentação das ações tomadas pela gestão para adequá-lo. O mesmo foi item da PCG 2021 e possivelmente será da referente a 2022.

Independente do cenário a ser escolhido pela gestão, ressalta-se que o novo Plano deverá ser instituído por Lei, atendendo toda a legislação específica, mas em especial a Portaria 1467/2022 do Ministério do Trabalho e Previdência.

Cabe informar que não há nos quadros desta CGM profissional habilitado em Ciências Atuariais, e por este motivo, esta Controladoria Adjunta ateve-se apenas a analisar os valores já apresentados pelos atuários e a realidade orçamentária e financeira local.

Dados os apontamentos acima, submeto o presente para apreciação e ato decisório.


Vinícius Valviesse de M. Souza
Controlador Adjunto de Gestão Pública



PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM
Controladoria Geral do Município

Prefeitura Mun. De Silva Jardim
Processo nº 5938
Rubrica 8 Fls 04

PROC Nº 5938/2023

À SEMGAB

Silva Jardim, 28 de setembro de 2023

Sra. Subsecretária,

Acolho o relatório técnico da Controladoria Adjunta, e retorno o presente para as demais providências cabíveis, informando desde já que a CGM se encontra à disposição para a reunião solicitada pelo IPSJ à folha retro para tratar o tema, caso julguem necessário.

Atenciosamente,


Melina Heringer
Controladora Geral

*Via SEMFA, para ciência
e manifestação.
Em, 29/09/23*

*Thiomas.
Subsecretária de Gabinete
56790*



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM

Gabinete da Prefeita

Praça Amaral Peixoto nº 46 - centro - Silva Jardim - RJ - CEP. 28.820-000

Tele-Fax.: (22) 2668-7304

CNPJ 28.741.098/0001-57

semgabsj@gmail.com

Processo nº 5938/2023

Prefeitura Municipal de Silva Jardim
Processo nº 5938/2023
Rubrica SL Fls.

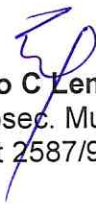
Anexo Processo 2542/2024

**Da SEMGAB
À SEMFA**

Senhor Secretário,

De sorte a subsidiar a tomada de decisão da Exma. Sra. Prefeita, encaminho o presente solicitando a V.Sa., estudo e elaboração de nova proposta para equacionamento do deficit atuarial.

Em, 11/03/2024


Sandro C. Lemos

Respondendo pela Subsec. Mun. do Gabinete Civil
Mat 2587/9



PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Gabinete do Secretário

5938/2023
26

Processo nº 5938/2023

Silva Jardim, 08 de abril de 2024.

À
SEMGAB

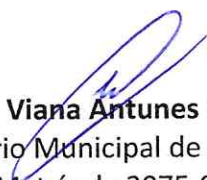
Senhor Subsecretário do Gabinete Civil,

O referido processo foi equivocadamente direcionado a esta Secretaria com o propósito de análise e formulação de uma nova proposta visando a mitigação do deficit atuarial. Entretanto, cumpre salientar que a elaboração de estudos atuariais não se encontra dentre as atribuições desta Secretaria, a qual não dispõe, em seus quadros, de profissionais habilitados para tal desiderato.

Destaco que o relatório encaminhado a este Gabinete pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Silva Jardim – IPSJ, mediante o Ofício nº 028, datado de 25 de maio de 2023, apresenta quatro cenários prospectivos passíveis de adoção para a resolução do deficit atuarial. Ressalto, ainda, que a proposta a ser adotada poderá ser objeto de revisão ao longo dos anos, considerando a possibilidade de um cenário futuro com redução do deficit atuarial.

Diante do exposto, recomendo a adoção de um dos quatro cenários sugeridos no referido relatório, com o intuito de dirimir a questão do deficit atuarial, o que viabilizará ao Município a obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

Atenciosamente,


Leandro Viana Antunes Pinheiro
Secretário Municipal de Fazenda
Matrícula 3075-9



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM
GABINETE DO PRESIDENTE
Praça Amaral Peixoto, 46 – Centro – Silva Jardim
CNPJ Nº 30.169.320/0001-30 Telefax : (22) 2668-1142

LEI COMPLEMENTAR Nº 179/2023

DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALTERA O ART. 45 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 161, DE 30 DE JUNHO DE 2022, QUE “DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM ÀS NORMAS INSTITUÍDAS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Silva Jardim, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 45 da Lei Complementar nº 161, de 30 de junho de 2022, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 45 – O servidor público municipal que cumprir as exigências para a concessão da aposentadoria voluntária nos termos do disposto nos artigos 4º, 17, 18 e 19 da presente Lei Complementar, e que optar por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

§1º O recebimento do abono permanência pelo servidor que cumpriu todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, não constitui impedimento à concessão do benefício de acordo com outra regra vigente, desde que cumpridos os requisitos previstos para essas hipóteses, garantida ao segurado a opção pela mais vantajosa.

§2º O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade de cada órgão empregador e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício conforme disposto no caput e § 1º, deste artigo, desde que tenha o segurado mediante opção expressa pela sua permanência em atividade.

§3º Em caso de cessão de servidor ou de afastamento para exercício de mandato eletivo, o responsável pelo pagamento do abono permanência será o órgão ou entidade ao qual incumbe o ônus pelo pagamento da remuneração ou subsídio, salvo disposição expressa em sentido contrário no termo, ato, ou outro documento de cessão ou afastamento do segurado.



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM
GABINETE DO PRESIDENTE
Praça Amaral Peixoto, 46 – Centro – Silva Jardim
CNPJ Nº 30.169.320/0001-30 Telefax : (22) 2668-1142

§4º Na concessão do benefício de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo, cessará o direito ao pagamento do abono permanência.”

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional, caso necessário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de junho de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Silva Jardim, 30 de Junho de 2023

Maira Branco Monteiro
Prefeita